

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)**

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

a) O caixa e equivalentes de caixa compreendem aos valores de caixa, bancos e aplicações financeiras que podem ser resgatados a qualquer tempo pela Sociedade. Essas aplicações estão classificadas como títulos para negociação e são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor de mercado, com registro no resultado do exercício.

b) Os estoques estão avaliados ao menor valor entre o custo médio de aquisição ou extração e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos estimados para a conclusão e os custos necessários para realizar a venda.

c) O imobilizado e o intangível estão demonstrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições a partir de 1º de janeiro de 1996 estão avaliadas ao custo de aquisição.

A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, com base na vida útil-econômica estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados uma vez a cada exercício ou sempre que há qualquer indicativa que estas estimativas não refletem a situação atual dos ativos. O efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos iniciais de exploração e desenvolvimento de jazidas minerais foram capitalizados, e a exaustão é calculada com base na relação entre o volume produzido e a capacidade estimada das reservas minerais. Os demais custos de exploração são reconhecidos nos custos de produção, quando incorridos.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição e construção de ativos qualificáveis são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

d) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios.

e) A partir do exercício de 2005 iniciou a provisão para reflorestamento e fechamento de minas. Os gastos com a recuperação do meio ambiente e fechamento das minas são registrados levando-se em consideração os seguintes aspectos:

- Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são capitalizados no ativo imobilizado quando incorridos em contrapartida à provisão para reflorestamento e fechamento da mina;
- A exaustão do ativo leva em consideração o prazo estimado de produção de minério;
- As estimativas dos custos são baseadas em estudos efetuados pela Sociedade conjuntamente com empresa especializada em gestão ambiental e estão contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo;
- As estimativas de custos são revistas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados em contrapartida com o resultado.

f) A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculados com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para IRPJ e de 9% para CSLL. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando for provável sua reversão em futuro previsível.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", quando são registrados diretamente no patrimônio líquido.

g) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face às ações consideradas de êxito remoto.

h) Na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente de sua moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

i) A receita é mensurada através do regime de competência, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Sociedade transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Sociedade não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

j) A Sociedade mantém uma operação de swap convertendo os encargos financeiros pactuados em contrato de pré-pagamento de exportação, equivalentes à taxa Libor acrescida de um percentual de juros, por taxas de juros prefixadas. A parte efetiva das mudanças no

valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no Patrimônio Líquido. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica "Outros ganhos e perdas".

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

k) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço.

l) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de estimativas e premissas relacionadas com o registro e a divulgação de ativos, passivos, receitas e despesas nas demonstrações financeiras. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas e premissas utilizadas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro da provisão para contingências, à provisão de reflorestamento e fechamento de minas, a vida útil dos ativos, a realização do ativo imobilizado e impostos diferidos, dentre outras.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

m) O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória:

Modificação	Descrição	Adoção
Modificações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2010
Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Transferências de ativos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012
Modificações à IAS 32	Classificação de direitos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2010
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011

**3. EFEITO DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC**

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com CPCs 15 a 41. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa no 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Segue a conciliação das diferenças encontradas no balanço de transição e na data do último período apresentado:

	02/01/2009 Data de transição	31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
Total do Patrimônio Líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	592.838	596.052
Dividendos não homologados até a data do Balanço	<u>167.407</u>	<u>5.886</u>
Total do Patrimônio Líquido de acordo com as práticas contábeis atuais	<u>760.245</u>	<u>601.938</u>

(CONTINUA)